



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 18 - Nº 331 - DE 04 A 18 DE DEZEMBRO DE 2006 - R\$ 1,50

O governo reeleito de Lula é montado pela coalizão com o PMDB. Prepara mais ataques contra as massas. É preciso responder com luta:



NÃO ao Salário Mínimo de Fome!

Por um salário mínimo vital, discutido e aprovado nas assembleias de base (nossa proposta: R\$ 2500,00)

NÃO à Reforma da Previdência, que quer aposentadoria só aos 67 anos!

Pela aposentadoria por tempo de serviço, com salário mínimo vital (R\$ 2500,00), controle dos trabalhadores e pelo fim de toda previdência privada!

Governo de coalizão de Lula

Não há nenhuma novidade no fato do PMDB constituir-se em pilar do governo Lula. Na crise do mensalão, a ala Sarney/Calheiros deste partido serviu de anteparo a Lula contra as investidas da frente oposicionista (PSDB/PFL/OAB), que pretendia abrir um processo de impeachment. Nas eleições, essa mesma dupla apostou na vitória de Lula, tendo em mãos pesquisas que indicavam que o caudilho continuava contando com a adesão das massas, principalmente as nordestinas. A ala oposicionista do PMDB, liderada por Michel Temer, aderiu à candidatura do PSDB/PFL, mas não impediu que seu partido fosse decisivo para a sustentação política de Lula junto a setores de peso da burguesia e para a sua vitória eleitoral.

Se o PSDB ganhasse, certamente a ala sudeste do PMDB sairia fortalecida e Temer se afirmaria na direção do partido. Mas, como não foi assim, o PMDB da oligarquia do nordeste impôs à ala derrotada a exigência de compor o novo governo. Lula fez um gesto de cortesia a Temer e, pronto, sem vitoriosos e humilhados, a direção do PMDB aprovou a coligação, mas sob condições previamente negociadas de ampliar o número de ministérios a serem ocupados por peemedebistas, de serem estratégicos para a governabilidade, de os ministros terem total controle das nomeações de cargos e do PT perder força no núcleo do poder.

Nem todos do PMDB acompanharam a decisão e o acordo. A fração nordestina dissidente do patriarca Sarney – Jarbas Vasconcelos, de Pernambuco – e aliada à fração do Rio Grande do Sul – Pedro Simon prometeram manter independência. Consideram que a crise política permanece e recrudescerá rapidamente.

PT no governo

O PT saiu das eleições como partido secundarizado. Foi considerado o vilão da história. Quase pôs a perder a eleição de Lula com a tentativa de compra do dossiê dos sanguessugas, que comprometia a candidatura de José Serra para governador de São Paulo e ajudava Aloízio Mercadante. O partido fez a segunda bancada na Câmara dos Deputados e foi o mais votado no país. Mas quem determinou os votos foi Lula. O PT não é nada sem o caudilho eleitoral das massas pobres.

Os porta-vozes mais radicais da burguesia pró-Alckmin saudaram a “autoridade plena de Lula” frente ao PT. Assim que terminou o pleito, o caudilho declarou que desta vez faria ele mesmo as negociações com os partidos aliados. No primeiro mandato, formou-se o denominado “núcleo duro” petista do governo, chefiado por José Dirceu, que condicionou a coligação, distribuiu ministérios e controlou cargos em todas instâncias. Esse patrimônio político-burocrático desmoronou a partir do segundo ano da administração lulista; e a desmoralização dos grandes arquitetos do governo democrático e popular se transformou em caudalosa humilhação.

O PMDB de Sarney aconselhou Lula a não deixar os aloprados do PT assumirem ares de comando do Estado, que afinal é coisa séria para a burguesia. Os amadores na arte de governar para o capital e de favorecer interesses particulares não poderiam mais se encarregar da direção governamental.



Lula: a coalizão é quem monta agora o governo

A tese da “despetização” ganhou corpo. Parlamentares e dirigentes do PT protestaram, deram ares de rebeldia e murcharam diante das ordens de Lula. O PMDB, mais precisamente o triunvirato Sarney/Calheiros/Barbalho, desta vez dita o tipo, a forma e o funcionamento do governo Lula.

Mão estendida

Lula quer um governo de reconciliação com o PSDB e, por força da aliança oposicionista, com o PFL. O primeiro sempre foi considerado possível aliado; o segundo, não, por representar a direita. Mas o re-eleito estendeu a mão a todos e propôs re-aproximação. Trata-se da velha trégua para se formar o novo governo e verificar a possibilidade de integrar parte dos opositores.

Virgílio Guimarães foi um dos maiores gladiadores da moralidade contra o governo petista. Não teve receio em dizer que Lula era o chefe do mensalão e condenou o PT como agente do crime. Fernando Henrique Cardoso não foi menos feroz acusador. Enfim, Lula recebeu o epíteto de “chefe de quadrilha”. O presidente da república reclamou de injustiça com sua pessoa e da agressividade dos políticos adversários. No mesmo dia da vitória, tinha um discurso preparado de grande conciliador. Estava aberto a negociar a governabilidade. Enfim havia aprendido com a experiência e amadurecido para fazer um governo de outro tipo. O governo não seria do PT, como pareceu ser da outra vez; pertenceria à coligação.

Na primeira oportunidade, Lula assediou o arquiinimigo Virgílio Guimarães, ofereceu-lhe diretamente a mão. O inimigo do mensalão aceitou o gesto presidencial. Com cara de borracha, declarou que não se deve guardar rancor, pois agora está o Brasil acima de tudo. No dia seguinte, FHC desfez a lua de mel virgiliana. O convite de Lula só poderia ser aceito caso apresentasse uma agenda governamental para discutir com a oposição.

Para o PMDB, tudo bem, que Lula chame todos a governar, afinal nada se fará sem a presença dos sarneyistas. É assim que funciona a política burguesa. O Brasil acima das divergências e das disputas partidárias significa o capital acima de tudo.

A crise

Lula fez um governo talhado pelos interesses do grande capital. Privilegiou os banqueiros. O capital industrial ressentiu a pouca capacidade do governo entregar-lhes uma maior fatia do orçamento. As multinacionais ganharam, mas as condições eram favoráveis para muito mais. Para certos ramos da indústria nacional, ligados mais ao mercado interno, o governo não foi condizente com o que prometia – era parte do programa incentivar o consumo de bens populares. Passaram a reclamar dos chineses. Os pecuaristas ficaram bravos com as doenças bovinas que derrubaram as exportações e os preços internos da carne. Todos queriam e querem mais proteção do Estado: financiamento mais barato, alongamento da dívida agrícola (maior parte contraída pelos latifundiários), anistia a débitos da indústria, incentivo às exportações, dinheiro solto para empregadoras etc, desbloqueio aos projetos hidroelétricos, contenção às reivindicações das comunidades indígenas, repressão mais dura aos sem-terra etc. Uma reclamação geral da burguesia industrial e comercial: o governo do PT não aproveitou bem a situação mundial para fazer o Brasil crescer a taxas maiores. As múltiplas pressões se voltaram contra os gastos do governo considerados indevidos, como Bolsa Família, Previdência, funcionalismo etc.

Nenhum setor burguês se atreve a atacar o saque provocado pelas dívidas interna e externa. Lula deu continuidade à política pró-grande capital e pró-imperialista de FHC. E fez a façanha de transformar parte da dívida externa em interna, assegurando os interesses dos investidores internacionais e favorecendo os banqueiros nacionais. O custo do câmbio, combinado com as dívidas, é altíssimo para o Brasil. O governo está obrigado a comprar diariamente dólares e a manter uma robusta reserva cambial. Pagam-se altos juros internos emitindo papéis e aplica os mesmos dólares a juros bem menores no mercado internacional. Potencia-se assim o endividamento e se favorece a sangria do tesouro.

O governo Lula não pôde aproveitar a maré favorável da economia mundial porque praticou a política econômica do saque. Todos esses fatores permanecem. Tudo indica que a situação internacional poderá mudar para pior se se confirmarem as tendências recessivas nos Estados Unidos. A crise econômica não poderá ser debelada no segundo mandato de Lula. O que quer dizer que terá de atacar a vida das massas.

Centralização

O governo Lula tem procurado aumentar o poder de centralização do Estado. As dívidas e a necessidade de sustentar o superávit primário acima dos 4% enrijeceram o controle sobre todas as esferas da máquina estatal. A fatia dos impostos que fica com os estados é pequena. Crescem as dificuldades de parte dos estados e municípios, fatos que agravam os atritos distributivos. O governo federal necessita do apoio dos



O MST deu "trégua" ao governo até a reeleição.

governadores, mas não tem como lhes dar maior autonomia financeira e administrativa. A reforma fiscal é tida como consenso, mas como implementá-la? Descentralizar impostos ou aumentar a parcela concedida aos estados significa comprometer o superávit primário exigido pelos credores. Ou então encontrar outra fonte de recurso.

Os capitalistas exigem cortes nos gastos públicos. Voltam-se aos mesmos pontos: sacrificar a Previdência, o assistencialismo, o funcionalismo etc. Há mais frentes de choque, nesse mesmo sentido. O Judiciário ganhou tal independência administrativa com a Constituição de 1988 que elevam seus salários como bem entendem. Baixou-se uma norma constitucional, amparada na Lei de Responsabilidade Fiscal, de um teto de 24.500 Reais, para os maiores salários. Mas centenas de juizes ganham muito acima, chegando até 34.314,61, como ocorre na magistratura de São Paulo. Os juizes exigem não só manter os privilégios como também aumentá-los (jetons etc). Aqui está a caixa preta de que falava Lula no começo de seu mandato e a qual foi incapaz de abrir.

A crise, no entanto, se agravou e o segredo foi exposto, pelo menos em parte. 20% da folha de pagamento da União são consumidos pelo Judiciário, Ministério Público e Legislativo. Esses poderes decidem por conta própria seus salários de marajás. Enquanto os milhões de funcionários recebem salário de fome e têm os reajustes controlados pelo Executivo.

A podridão no Estado é desconhecida com exatidão, aparece apenas a ponta do iceberg. O parasitismo estatal cresce sem parar. Reflete a desintegração da sociedade burguesa. A necessidade de maior centralização é ditada por tais contradições e não por razões de desenvolvimento nacional. Trata-se de centralização burocrática e autoritária. O governo Lula não pode impô-la, de maneira a disciplinar os gastos e as disputas entre as frações da burguesia, entre os estados e federação.

Diplomacia

O Brasil alcançou um elevado grau de industrialização. Se comparado com a maioria dos países latino-americanos, sua

economia capitalista se resalta. Mas expõe o atraso, se comparado com as potências. A sua estrutura econômica e social continua e continuará marcada pelo desenvolvimento desigual e combinado, típico das semicolônias. O fato, porém, de se destacar pela industrialização e pelos recursos naturais permite a ilusão da possibilidade de uma diplomacia independente, com fisionomia e condizente com interesses próprios.

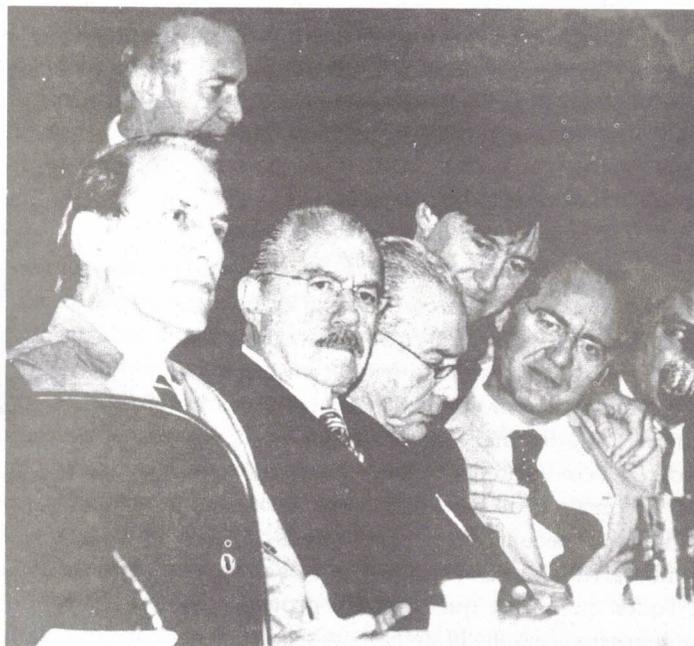
A ditadura militar, especialmente com Geisel, a alimentou com o mito do Brasil potência. Lula não chegou a tanto. Não houve lugar para a apologia do desenvolvimentismo. A tese de desenvolvimento com distribuição de renda, típica do reformismo, não é levada a sério. A ilusão está em que o Brasil é um país emergente – ao lado da Índia, China, México – que pode influenciar de alguma maneira na ordem mundial.

A diplomacia de Lula procurou diversificar seu comércio exterior. Fracassou em sua aproximação com as potências europeias. Os petistas sempre tiveram a expectativa de um governo que saísse das asas dos EUA e pudesse voar para outros continentes. O governo, de fato, gasta uma fábula com os vãos de Lula e de sua burocracia, mas para obter pequenos acordos comerciais aqui e ali. Reivindica um novo mapa da globalização, que favoreça os países atrasados (agrícolas, exportadores de matéria prima) e os tais emergentes (também agrícolas, mas portador de capacidade industrial). Constituiu o grupo dos 20 países com aparentes interesses comuns e condições de negociar com as potências imperialistas. Retomou a tentativa castrista dos países não alinhados. Não vai para lugar algum. Bastaram acenos, seguidos de ameaças, dos EUA e dos europeus para que os aliados mostrassem a desunião e a impotência. Lula não canta alto que resistiu à Alca, juntamente com a Argentina, mas o faz baixinho. Na verdade não foi testado para valer pelo governo Bush, que encontrou resistência interna ao acordo de livre comércio e que sequer obteve a licença do Congresso para “negociá-lo”.

O mais importante da diplomacia lulista foi a capitulação diante da ocupação militar do Haiti pelas forças do imperialismo (ONU). Militares brasileiros estão sendo acusados de crimes contra a população pobre. Tudo para proteger a ordem planejada pelos EUA. De conjunto, a situação é de impasse. E o governo de coalizão terá de se submeter às pressões das potências. Não enfrentará a crise rechaçando as diretrizes internacional do capital.

Movimento social

Lula e sua coligação contam com a burocracia sindical para evitar que a classe operária tome a frente das lutas sociais. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) tem servido a esse propósito. A Força Sindical não fez senão expressar a oposição burguesa do PSDB/PFL/PDT. A manifestação programada para dezembro em defesa da mudança da política econômica e do reajuste do salário mínimo não vai além de cobrança inócua. As direções sindicais não mobilizam para enfrentar o governo e os capitalistas e depois jogam a culpa nos trabalhadores. A burocracia busca mostrar que está presente na política burguesa e que deve ser levada em consideração pelo governo. O mesmo papel cumpre a União Nacional dos Estudantes (UNE), controlada pelo PCdoB governista. Mas isso não significa que o blo-



A cúpula do PMDB dita as regras de formação do governo reeleito de Lula

queio ao movimento operário é absoluto.

Os dirigentes petistas do sindicato metalúrgico do ABC sentiram dificuldade, em setembro, para impor a aceitação das demissões. Assinalou-se uma tendência de resistência operária aos planos de demissões. Esta poderá ganhar força diante de ataques generalizados da classe capitalista aos assalariados. O desemprego em massa poderá voltar a ser um fator poderoso da luta de classe. Não houve recuperação salarial da maioria assalariada. O salário mínimo não será reajustado nos patamares anteriores, como já indicou o governo. O aumento do preço das passagens dos transportes indica que os salários serão atingidos. Os protestos estudantis e a repressão refletem futuros choques mais amplos. Mas necessariamente os trabalhadores e a juventude terão de romper a política de colaboração da CUT/UNE/Força e os diques de contenção. A probabilidade maior é de vir a crise econômica e o governo Lula ter de apoiar e implementar planos antipopulares. A burocracia se verá na situação de mostrar aos explorados sua política pró-patronal.

O movimento dos sem-terra é uma outra frente de conflito. O MST apóia o governo, com a política de exigências. Ocorre que Lula não irá enfrentar os latifundiários para atender o MST. Assentou menos que FHC, mas deu mais dinheiro às cooperativas, com o objetivo de fortalecer a burocracia dos sem-terra. Os sem-terra têm uma particularidade: não podem ficar eternamente debaixo das lonas, passando fome, sede, calor, frio. Por isso, as ocupações não puderam ser evitadas e a repressão recrudescer. A retomada das marchas do MST foi acompanhada pelos bloqueios dos fazendeiros armados. Está aberta a via de confronto direto, a luta de classe no campo se torna mais crua. Coloca-se a necessidade da aliança operária e camponesa.

O combate ao governo petista de coalizão passará por essa via. O programa de reivindicações das massas urbanas tem de se ligar ao programa de conquista da terra pela via das ocupações massivas.

Uma só ação da burguesia: aprofundar o ataque sobre a Previdência

A burguesia imperialista já deu seu recado ao governo Lula: executar a terceira etapa da reforma da previdência.

Os capitalistas nacionais seguem as determinações dos credores estrangeiros, que por meio FMI exigem mudanças nas aposentadorias. A proposta dos empresários e da Força Sindical é mais um golpe para a grande maioria dos trabalhadores. Os principais pontos são:

1. Um só sistema de previdência para o setor público e privado, eliminando as poucas conquistas dos servidores públicos. Um sistema dividido em repartição (que em tese significa que a contribuição dos trabalhadores da ativa é para o pagamento dos aposentados) e de capitalização (contas individuais). A essência desse mecanismo está em que a repartição está limitada ao teto de três salários mínimos, hoje equivalem a mísera quantia de R\$1.050,00. E que a capitalização passa ser obrigatória para quem recebe acima desse valor, mas também restrita ao teto máximo de R\$2.801,56. O que quer dizer que a diferença dos três mínimos ao teto do INSS é que seria depositada na tal conta individual. Mais ainda, essa poupança poderá ser administrada pelo próprio INSS ou por um fundo de pensão privado ou pelos bancos.

Toda essa parafernália tem um único propósito: reduzir ao máximo a previdência estatal e empurrar uma fatia de trabalhadores que ganha pouco mais de três mínimos para os fundos privados. Quem ganha são os banqueiros.

2. Elevação da idade mínima das aposentadorias. A idade mínima será única para os funcionários públicos e privados, fixada em 67 anos. Discute-se se será ou não gradativa a idade mínima.

Os capitalistas, que se apropriam de todas as riquezas produzidas e que vivem do trabalho alheio, consideram que o trabalhador brasileiro se aposenta muito cedo. Na verdade, buscam fórmulas para ampliar a superexploração do trabalho. As vítimas são os assalariados pobres, que desde pequenos são obrigados a vender a força de trabalho nas condições mais precárias e que têm sua aposentadoria cada vez mais dificultada. A idade mínima de 67 anos não é estipulada ao acaso. A maioria da população nordestina tem uma estimativa de vida de 69 anos, o que significa que desfrutaria no máximo de 2 anos a aposentadoria. Se levantar em conta regiões como a Norte e Centro-oeste, a situação é quase a mesma porque a possibilidade de sobrevivência não ultrapassa os 70 anos. O trabalhador que ganha uma miséria terá de contribuir por muito tempo e o benefício será por pouco tempo.

3. Substituição da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) que concedia o salário mínimo às pessoas com 65 anos de idade pela Renda Básica do Idoso.

A tal Renda visa a aumentar a idade para 67 anos e diminuir a já miserável ajuda para meio salário mínimo. Isso é um crime aos velhos, que depois de trabalhar a vida toda e não ter o direito à aposentadoria receberiam a esmola de R\$175,00.

4. Fim da aposentadoria rural. Todos devem contribuir para ter o direito à aposentadoria. Caso não contribua, só resta aos camponeses pobres aguardarem os 67 anos para receber a Renda do Idoso de meio salário mínimo. Isso é condenar os milhões

de camponeses à miséria total quando chegar à velhice.

5. Desvincular o reajuste da aposentadoria e pensões do salário mínimo. Os 67% dos aposentados que dependem única e exclusivamente do salário mínimo são mais penalizados ainda. Além do vergonhoso salário mínimo que não dá nem para a cesta-básica de uma família de 4 pessoas, agora os capitalistas exigem mais sacrifícios daqueles que já padecem de fome e miséria.

Esse conjunto de medidas de ataque às aposentadorias e à vida da maioria dos aposentados é apresentado ao governo Lula como solução para o déficit da Previdência e o caminho para o crescimento nacional. Aumentar a idade mínima, cortar a aposentadoria rural, eliminar direitos da maioria dos servidores públicos, desvincular os reajustes das aposentadorias do salário mínimo e ampliar a previdência privada nada têm a ver com o rombo dos cofres previdenciários. Estes advém da corrupção, sonegação por parte de empresas e governos e da manutenção dos privilégios da cúpula do judiciário, dos parlamentares e dos cargos executivos do Estado. Se é verdade que quem contribui são aqueles que têm trabalho formal (com carteira), também é verdade que quem elimina os postos de trabalho e cria a informalidade não são os trabalhadores, mas sim os que sonegam as contribuições previdenciárias e impõem o brutal arrocho salarial.

A direitista Força Sindical, que dirige o Sindicato Metalúrgico de São Paulo e outros centenas de sindicatos por todo o país, endossou a proposta de reforma da previdência da burguesia. O Sr. Paulinho e sua gangue que dirigem os sindicatos da Força devem ser rechaçados pelos trabalhadores por defender os interesses da classe exploradora contra a vida da maioria explorada.

Como ficou a CUT nessa história?

Enquanto os burgueses e o FMI planejavam o ataque sobre as aposentadorias, a CUT estava empenhada em coletar votos para a reeleição de Lula. Agora, diante dessa pressão sobre o governo, a Central desvia a atenção dos explorados para a marcha em torno da "elevação do salário mínimo para R\$420,00 e correção da tabela do imposto de renda". Nenhuma campanha contra essa violência armada pelos exploradores. Quem cala, consente!

Lula está acuado

Logo após o anúncio da proposta dos empresários, Lula disse que não está disposto a assumir esse modelo de reforma previdenciária. Reforça o argumento dos capitalistas de que o déficit da previdência tem crescido e atingiu mais de 37 bilhões de reais em 2006. Afirmou que o problema está nas aposentadorias do setor rural, onde, dos 37 bilhões de déficit, 23 bilhões são desse setor. Por outro lado, reconhece que não dá para assumir uma reforma que afete os pobres e a classe média arruinada, aqueles que garantiram sua reeleição.

Lula contrapôs a proposta empresarial com o palavreado "esforço de gestão", que em tese seriam medidas de combate a

fraude. Parece uma piada, porque o governo está envolvido até a medula com a corrupção. E a corrupção da Previdência é parte da corrupção do Estado.

Na realidade, o governo Lula pretende negociar com os partidos a reforma eleitoral e partidária e a fiscal, para em seguida mexer na Previdência. Não é sua intenção comparecer logo início de mandato como um governo de ataque aos trabalhadores e aposentados. Primeiro, pretende fazer muita demagogia em torno do crescimento do país, para, em seguida, se voltar contra as massas assalariadas. Mas não esqueçamos de que esse mandato de Lula é mais frágil do que o anterior pelos enormes compromissos assumidos com os partidos burgueses que comporão seu novo governo. Serão eles que determinarão o momento para a impor as novas medidas previdenciárias.

Qual a Previdência que os trabalhadores necessitam?

A maioria explorada, que dá o sangue desde pequeno para sobreviver, tem o direito à aposentadoria. Para isso, defendem:

1. rechaço de conjunto de toda a reforma da previdência, imposta por FHC (1998) e Lula (2003). Combate à proposta dos empresários de ataque à aposentadoria dos assalariados pobres;
2. criação de um único sistema estatal de previdência, sob o controle de quem trabalha;
3. fim de todas as formas de previdência privada;
4. que nenhum aposentado receba menos que o salário mí-

Salário Mínimo continuará preservando a miséria e a fome no país

O governo Lula apresentou a proposta de reajuste do salário mínimo de R\$ 350,00 para R\$ 367,00. As burocracias das centrais sindicais propõem R\$ 420,00. Já anunciam caravana a Brasília para defender esse valor. Há também divergência quanto à correção da tabela do Imposto de Renda. O governo pretende corrigir os limites de isenção e alíquotas em 3%; as centrais querem 8%.

O governo do PT/Lula dá sinais de que sabe que não encontrará uma situação econômica favorável no segundo mandato. A correção do salário mínimo se restringe ao obrigatório pela lei (variação da inflação e do PIB). O baixo reajuste do salário mínimo também corresponde às pressões da burguesia em relação à redução dos gastos na previdência, já que esses gastos têm o salário mínimo como referência.

As direções burocráticas fazem demagogia pedindo mais do que o governo oferece, a fim de negociar. Nem mesmo por essa miséria de R\$ 420,00 estão dispostas a mobilizar. Já se fala em aceitar “não menos de 400 reais” (Paim/PT).

O salário mínimo miserável é um decreto de miséria e fome. Impõe para um terço das massas a vida subumana. Para mais outro terço, que vive na faixa de um a dois salários mínimos, a sobrevivência se dá no nível da miséria. No caso da previdência, a grande maioria vive sob o valor de um único salário mínimo ou menos.

A preservação do salário mínimo de fome é uma das bases da superexploração do trabalho no Brasil. Quando a burguesia arranca do assalariado, além da mais-valia produzida e

nimo vital, calculado pelas assembleias operárias, que para nós está em torno de R\$ 2.500,00. Escala móvel de reajuste das aposentadorias de acordo com o custo de vida;

5. que todos os trabalhadores tenham o mesmo direito de se aposentar, independente se têm emprego formal ou não;

6. que o tempo de trabalho necessário para garantir a aposentadoria seja calculado pelos próprios trabalhadores. Combate a todas as formas que vinculam tempo de contribuição com a idade mínima, pois isso é mecanismo para impedir o acesso à aposentadoria.

Para derrotar as propostas dos capitalistas e dos governos, é preciso:

1. Combater a burocracia sindical traidora forcionista que endossa a proposta dos empresários e dos governos. E a burocracia sindical cutista que apoia o governo Lula e, por isso abandonou as reivindicações dos trabalhadores e dos aposentados.

2. Trabalhar para pôr em pé as frações revolucionárias nos sindicatos controlados pelos burocratas;

3. Defender a vida dos explorados por meio das reivindicações de emprego a todos (escala móvel das horas de trabalho), salário mínimo vital (escala móvel de reajuste salarial), direitos trabalhistas que protegem a força de trabalho da violenta exploração capitalista e aposentadoria a todos os trabalhadores.

4. Organizar a luta direta e coletiva para impor as reivindicações de defesa da vida dos oprimidos.

acumulada sob a forma de capital, boa parte daquilo necessário à sua sobrevivência e de sua família (reprodução da força de trabalho), ela cria condições para sustentar a opressão social e nacional. A superexploração serve aos lucros do capitalista nacional e gera excedente para o parasitismo do capital estrangeiro.

O salário mínimo vital (o mínimo necessário à sobrevivência de uma família de quatro pessoas, R\$2.500,00 segundo nossos cálculos), a ser discutido e decidido em assembleias de base como campanha de luta por todo o país, é o meio de defender a vida das famílias dos assalariados diante da crise capitalista, que pressiona a burguesia a atacar cada vez mais o trabalho e o salário.

A burocracia dirigente dos sindicatos se nega a lutar pelo salário mínimo vital, porque essa bandeira leva ao choque dos explorados contra os exploradores e seus governos. Alegam que a economia não agüenta elevar o salário mínimo a um nível suficiente para a sobrevivência dos trabalhadores e suas famílias. Diante dessa situação, colocam-se como defensores da economia capitalista, contra a vida das massas.

A bandeira de salário mínimo vital ajuda as massas a caminhar, pela própria experiência, rumo à conclusão de que sua sobrevivência depende da destruição do capitalismo e construção do socialismo. No meio desse caminho, terão de destruir as direções burocráticas de suas organizações e construir direções de luta, revolucionárias. Farão isso através da construção do partido operário revolucionário.

APEOESP - ELEIÇÃO DE CONSELHEIROS:

burocracia jogou pesado para ampliar o controle sobre as subsedes

No dia 22/11/06, a APEOESP realizou eleição para o Conselho Estadual de Representantes (CER) e o Conselho Regional de Representantes (CRR). O CER é uma instância importante do sindicato à medida que, na ausência de assembleias e congressos estaduais (instâncias superiores), pode tomar decisões quanto ao funcionamento e estrutura da entidade e quanto ao salário, emprego e carreira do professor. O CRR, por sua vez, compõe a Executiva de cada subsele / regional (órgãos locais), juntamente com os membros do CER eleitos na região. Assim, a diretoria burocrática tentou de todos os meios aumentar o controle sobre o CER e ganhar a direção das subsedes, principalmente da capital, que na sua maioria estavam sob a direção de setores oposicionistas.

Nesta eleição, denunciemos a composição do CER, majoritariamente por membros ligados ou influenciados pelas correntes políticas do PT (Articulação Sindical e ArtNova) e do PC do B (Corrente Sindical Classista), as quais dirigem o sindicato no âmbito estadual. Essa direção burocratizada tem tido neste CER o apoio para sua política imobilista frente aos ataques do governo, para sua política de aniquilação da democracia sindical e toda a sorte de maracutaías. Neste sentido, a defesa das reivindicações elementares dos professores e da escola pública dependia e depende da luta contra a burocratização.

USO DO APARATO E TRUCULÊNCIA PELA BUROCRACIA PETISTA

Na última eleição (julho de 2005), as correntes petistas que controlam a diretoria estadual sofreram derrotas significativas. Perderam o controle de praticamente todas as subsedes da capital e da Grande São Paulo. Naquela ocasião, a eleição dos conselheiros estava vinculada à eleição da direção estadual, o que permitiu expor com mais

clareza as posições das chapas concorrentes. Ao contrário, nesse ano, a eleição de conselheiros se dá pelo método do voto nominal, embora os candidatos estejam agrupados por chapas. Portanto, a eleição nessas condições é menos politizada, o que favorece a burocracia que procura passar como oposicionista nas subsedes dirigidas pelas correntes de oposição à direção estadual.

Na eleição, agora, estava colocada para os pelegos a tarefa de retomada do controle de diversas subsedes. Isso era importante porque estariam à frente da organização local (além de estadual), o que favoreceria a eleição para diretoria em 2007. Daí o PT e o PC do B não terem medido esforços.

As correntes petistas (Articulação e ArtNova) e do PC do B não se contentaram com a contratação de mesários com recursos das subsedes, prevista no Regimento Eleitoral do sindicato. Na maior parte das subsedes, usaram os Representantes de Escola "amigos", que neste dia tinham abono de ponto, pagando-lhes "por fora" para atuarem como boqueiros e/ou fiscais. Recorreram a membros de outras categorias e a assessores de parlamentares. Não seria nenhum problema a participação dos diversos trabalhadores no processo eleitoral, mas o fato é que vêm como verdadeiros "bate-paus" dos pelegos. A burocracia fez uma campanha rica, valendo-se dos cofres da Apeoesp e de outros sindicatos que também controlam.

Se não bastasse o uso deste aparato, como é próprio dos burocratas, foi utilizada toda a sorte de fraudes e truculência. Na subsele Sudeste-Centro, por exemplo, onde a Articulação Sindical dirigiu praticamente sozinha o processo eleitoral (devido a um golpe na Comissão Eleitoral Regional), foram instaladas 90 urnas fixas e 4 volantes, impossíveis de serem acompanhadas por mesários da oposição. Resultado: urnas com a totalidade de votos para os candidatos da Articulação, isto é, fraudadas. Além disso, na apuração, os pe-

legos chegaram a montar mesas (de 4 pessoas) com apenas 1 membro da oposição, isso depois de protestos, pois queriam contar sozinhos os votos. Foi nessa região onde a truculência se fez mais presente com o uso de um verdadeiro exército de trabalhadores de outras categorias corrompidos pela burocracia (químicos, condutores, metalúrgicos etc.), chegando, em alguns momentos, em número de 40 pessoas contra 8 da oposição. Na subsele de Franco da Rocha, foi onde o uso do aparato do Estado prevaleceu. A corrente petista ASS montou uma chapa composta de supervisores de ensino, diretores e coordenadores de escola que usaram sua influência para levar os professores a elegê-los, numa total adaptação do voto de cabresto. Resultado: a subsele tornou-se uma extensão da Diretoria de Ensino, facilitando, como nunca, a aplicação das medidas governamentais com a anuência do sindicato.

Como visto, tratou-se não de uma eleição de militantes petistas na educação com apoio do PT. Foi uma eleição do PT, usando toda a sua influência no movimento sindical e social e no Estado para garantir o controle da APEOESP a qualquer custo. Isso porque este sindicato, juntamente com o dos metalúrgicos e o dos bancários, forma o grupo dos sindicatos mais importantes para a CUT e o PT.

Essa eleição trouxe, mais uma vez, à tona o caráter corrompido do PT. Os militantes petistas de outras correntes (a ASS, O Trabalho etc.) e independentes, que dizem ser contrários a este tipo de ação e dizem ser diferentes da Articulação e da ArtNova, não têm como ignorar esses fatos.

RESULTADO PARA OPOSIÇÃO UNIFICADA

A Oposição Unificada é uma frente que inclui diversas correntes políticas que se opõem à ala majoritária da diretoria da APEOESP. Formou-se em

2005, por ocasião da eleição da diretoria estadual. Naquele período, como atualmente, o ponto em comum, entre as diversas correntes é a luta contra a burocracia e a defesa da democracia sindical.

Nesta eleição, a Oposição Unificada conseguiu manter a vantagem sobre a Articulação, a ArtNova e a Corrente Sindical Classista na capital, mas perdeu algumas subseções, que na eleição anterior tinham sido conquistadas como Leste Penha e Sudeste-Centro. Na Grande São Paulo, também perdeu Franco da Rocha. No interior, perdeu São José dos Campos e Ribeirão Preto. Por outro lado, conseguiu ganhar a subseção de Santos e de Sorocaba, além de avançar na Norte-Santana (reduto da Articulação). De maneira geral, não houve grandes alterações no Conselho Estadual, que permanece sob o domínio da burocracia.

Este resultado torna-se mais grave considerando que é proposta dessa burocracia deixar por conta do CER a decisão de convocação de assembleias estaduais para tratar de questões salariais e outras, eliminando a obrigatoriedade de realização de assembleias no primeiro semestre de cada ano. Isso se torna grave levando em conta que o governo Serra já anunciou e já está aplicando medidas para a educação que levarão ao aumento do número de desempregados, à manutenção do arrocho salarial e a perseguição dos professores e considerando que o governo Lula / PT implementará a terceira etapa da Reforma da Previdência e outras medidas de ataque à vida dos educadores.

ATUAÇÃO DA OPOSIÇÃO UNIFICADA: PREVALECEU O DIVISIONISMO

Após a eleição sindical de 2005, onde obteve importantes vitórias, a Oposição Unificada atuou de maneira fragmentada, praticamente inexistindo enquanto oposição à diretoria da

APEOESP. Destaca-se a ausência de plenárias para definir um plano de atuação política, onde os mandatos dos diretores eleitos deveriam expressar as decisões coletivas. A única ação de unidade se deu na luta contra o PLC 26/05, que desempregaria mais de 120 mil professores OFA's.

Dentre as correntes que compõem a Oposição Unificada destacam-se: a Oposição Alternativa, FOS e a Corrente Proletária da Educação. A Oposição Alternativa é constituída por inúmeras outras correntes, tais como: o MTS (PSTU), a Conspiração Socialista, a ALS (PSOL), dentre outras. A FOS é uma frente de professores que compõe com o PSTU a Conlutas. A Corrente Proletária da Educação é um órgão de nosso partido, o POR.

A Oposição Alternativa está adaptada ao aparato sindical. Seus membros não quiseram submeter-se ao método de decisões de plenárias, colocando seus mandatos a serviço da luta de classes no interior da APEOESP. Apesar disso, a Corrente Proletária considerou que era fundamental manter a unidade para impedir que a burocracia ganhasse subseções sob a direção da Oposição. A unidade sob a base da defesa das reivindicações e do método da ação direta ficou assegurada pelas correntes da Oposição Unificada.

Porém, não podemos deixar de criticar a conduta da Oposição Alternativa. Na subseção Oeste-Lapa, militantes do PSTU (da Oposição Alternativa), lançaram uma lista própria de candidatos que excluía membros do POR, da FOS e da Resistência Popular. Na subseção Sudeste-Centro, ficou por conta dos militantes do PSOL o rompimento de um acordo para candidaturas prioritárias, que excluía membros do POR e do PSTU ou por eles inscritos. De acordo com depoimentos de membros do PSOL, em Sumaré, o PSTU procedeu da mesma maneira. Finalmente, enquanto o material do POR (não o da chapa, mas da própria corrente) sempre chamava o voto em todos os candi-

dados da Oposição Unificada, os materiais da Conspiração Socialista (em Itaquera), por exemplo, destacava seus candidatos; da mesma forma agiu o PSTU na subseção Sul-Santo Amaro. Isso mostra o aparelhismo de correntes políticas. Mesmo unificados, agem às costas para privilegiar seus nomes e ter maioria nas composições regionais.

NOSSA POSIÇÃO NA ELEIÇÃO

O POR, por meio da Corrente Proletária da Educação, deliberou participar da eleição para CER / CRR mantendo a aliança com a Oposição Unificada. Nas regiões onde atua (Itaquera, Leste-Penha, Norte-Santana, Oeste-Lapa, Sudeste-Centro e Franco da Rocha) procurou estabelecer com as demais correntes da Oposição Unificada um programa para a chapa, pautado na defesa das reivindicações elementares dos trabalhadores (salário, emprego e defesa da escola pública) e pela democracia sindical. Combateu e denunciou no processo eleitoral os métodos burocráticos e aparelhistas presentes na Oposição Unificada.

Com exceção da subseção Sudeste-Centro, conseguiu eleger membros para o Conselho Estadual e obteve votações significativas na região que tem maior presença nas escolas.

O objetivo da Corrente Proletária é o de fortalecer as frações revolucionária para derrotar a burocracia sindical e a política de estatização dos sindicatos. O que pressupõe a construção da Corrente, que só virá por meio da assimilação do programa e da intervenção no interior das escolas e no movimento social. O aparelhismo, as falcatruas, o controle burocrático das subseções, o uso do aparato sindical para fins opostos ao da luta de classe e outros mecanismos não fazem parte da vida da Corrente Proletária. É nesse sentido que chamamos a vanguarda que desponta na luta contra os governos e a burocracia a fortalecer essa fração revolucionária.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Reproduzimos abaixo o boletim da Corrente Proletária Estudantil distribuído na USP nas eleições ao DCE. O resultado foi:

- 1) Camarão que Dorme a Onda Leva (DS, Pcdob, PMDB)- 3.099 votos (36,1%)
- 2) Carandá - 2.657 (APS-PSOL) votos (31%)
- 3) De que lado você samba? Lado B - 1.095 votos (PSTU e Independentes) (12,8%)
- 4) De Malungo para Malungo - 984 votos (MTL-PSOL) (11,5%)
- 5) Território Livre - 328 votos (Negação da Negação) (3,8%)
- 6) AJR - 154 votos (PCO) (1,8%)

Votos nulos: 188

Votos em branco: 63

Quorum: 8.568 eleitores

Por que não é possível apoiar nenhuma das chapas que concorrem ao DCE-USP

As chapas que se formaram para disputar o DCE não correspondem à (pouca) ação do movimento estudantil neste ano. De prático, o movimento esboçou uma resposta à intervenção de diretores de unidades nos espaços estudantis e à repressão contra os estudantes. Uma assembléia geral do DCE foi convocada sob pressão da oposição. Nela, a atual direção (P-Sol) foi derrotada na grande maioria de suas propostas. Uma manifestação foi organizada e realizada apesar do boicote da atual diretoria do DCE. Isso foi tudo. No primeiro semestre, a greve dos funcionários foi isolada pela Adusp, que foi seguida pela direção do DCE. Uma assembléia estudantil expressiva chegou a aprovar a greve, mas as pressões dos professores e o contragosto da atual direção do DCE com a decisão impediram que se configurasse a luta estudantil como em 2005. As eleições gerais (para presidente, governador e parlamentares) arrastaram a maior parte dos militantes (inclusive da oposição) para as campanhas dos candidatos, e nesse período pouco ou nada foi feito para a mobilização.

O movimento contra a repressão e a intervenção dos diretores nos espaços foi simplesmente suspenso pelas correntes que atuavam nele, para que essas mesmas correntes se dedicassem a construir suas chapas para as eleições dos CAs e do DCE. Essa responsabilidade têm as chapas *Malungo*, *Carandá* (estas duas participaram da atual gestão do DCE), *Lado B - De que lado você samba?* e *Território Livre*. Todas elas abandonaram o movimento que se desenvolvia para cuidar de seus interesses eleitorais particulares. O caráter dessas chapas é de políticas aparelhistas em relação à entidade. Qualquer chapa que tenha em sua organização uma contradição com a atuação e fortalecimento do movimento é antimobilização. Uma chapa de luta se organiza justamente em meio às lutas concretas que acontecem. A frente única de luta pode não resultar numa chapa unitária para as eleições das entidades. Mas as distintas políticas que se apresentarem serão expressão da experiência concreta que se vive. As correntes e independentes podem se juntar ou se separar com base na prática vivida. Não foi isso o que ocorreu na formação das chapas “de esquerda” nestas eleições. O que vimos prevalecer foi o interesse aparelhista das correntes.

Camarão: a chapa “governista”

Enquanto a “esquerda” se divide ao redor dos interesses

aparelhistas, as chapas politicamente mais conciliadoras com a burocracia universitária se unificaram. Integrantes das chapas *Primavera nos Dentes* (petistas da corrente Democracia Socialista), *Adeus Lênin* (anticomunistas), *Refazendo* (estalinistas do PCdoB e MR8/PMDB) e alguns militantes do P-Sol se uniram numa frente comum, denominada *Camarão que dorme a onda leva*. Trata-se da chapa que expressa mais claramente a política de conciliação com a burocracia universitária (reformismo). Não é à toa que a maior parte de seus integrantes é de apoiadores do governo do PT/Lula.

Seu programa é contra o chamado “assembleísmo”. Ora, como tivemos pouquíssimas assembleias do DCE neste ano, só podemos concluir que essa chapa é mesmo avessa às assembleias gerais. Só podia ser, já que é antimobilização. Sua política é estimular a negociação com a burocracia dirigente da universidade. Verifica-se isso com as propostas de “regulamentação do uso dos espaços” a ser apresentada à burocracia, orçamento “participativo” etc. E dar um caráter festivo ao movimento estudantil, de forma a afastar os estudantes da luta e ganhar o apoio dos setores mais conservadores e despolitizados. Claro, certamente o PCdoB é que deu essa idéia, já fazem isso de forma profissional na UNE, Ubes etc.

Chapas situacionistas: Malungo e Carandá

Colocamos juntas estas chapas porque constituem frações da atual direção do DCE. A chapa *De Malungo pra Malungo* é maioria e a *Carandá* é minoria, ambas de correntes políticas do PSol. A *Malungo* expressa as posições do grupo MTL (Movimento Terra Trabalho e Liberdade), com participação da corrente SR (Socialismo Revolucionário). A *Carandá* expressa a corrente APS (Ação Popular Socialista, grupo ligado aos parlamentares Ivan Valente e Plínio Sampaio), com participação do PCB.

Ambas expressam uma política de conciliação com a burocracia (reformista) mais amena (ou disfarçada), pois procura se apoiar nos movimentos para realizá-la. Seu ponto de partida é a concepção de “universidade referenciada na sociedade”. Falam muito de ensino, pesquisa e extensão, no chamado “tripé” que representam. Admitem a existência do ensino privado (ou seja, no capitalismo, sua proliferação). Ou seja, buscam retóricas na universidade existente. Nada mais que a expressão do

que suas correntes pretendem para o capitalismo: retocar o sistema sem destruir a exploração de classe. É essa estratégia política que os leva a defender a chamada “democratização dos órgãos colegiados” na universidade, com a aplicação da chamada “paridade nos conselhos”, do que resulta a preservação da estrutura antidemocrática, ampliando a participação de estudantes e funcionários até atingir 1/3 para cada setor. Combatem as idéias de destruição da universidade burguesa e construção de uma nova universidade, o que implica transformar a sociedade no seu conjunto: fazer a revolução socialista. Por isso é que não são conseqüentes na defesa da universidade pública e gratuita para todos (sequer essa bandeira é citada em seu programa). Defender a universidade para todos implica formular o fim do ensino privado, pela estatização sem indenização da rede privada e sob controle dos que estudam e trabalham.

Falam em autonomia, mas se negam a trabalhar pela assembléia geral universitária (estudantes, professores e funcionários, com voto universal).

Lado B: o outro lado do mesmo disco

A Lado B é a chapa organizada pelo PSTU. Na maior parte das votações nas assembléias, nas principais questões do movimento estudantil,

o PSTU tem se aliado às correntes da situação no DCE. É expressão de sua política geral: tem o P-Sol como “aliado preferencial”. Mas o P-Sol não o quer como aliado, a não ser sob total submissão (como se viu na chamada Frente de Esquerda, nas eleições gerais). O PSTU critica a atual gestão por deixar o DCE esvaziado. Mas não apontam divergências quanto aos métodos de luta pelas reivindicações. Nem da falta de resposta do ME à política privatista que vem sendo aplicada há anos pelas reitorias. Também não dá um pio quanto aos seus pontos em comum com a atual gestão: defesa da “universidade socialmente referenciada”, “de qualidade”, paritária etc.

O PSTU sabotou a possibilidade de unidade da oposição no ano passado, quando o ME mostrou força na luta contra o veto de Alckmin às verbas da educação. Não fez nenhum balanço disso.

Território Livre

A Negação da Negação (NN) organiza sua chapa para defender seu programa, diz. O que defende? Universidade Pública? Não. Opõe-se à chamada “universidade shopping”. Não defender a universidade pública para todos já é corporativismo. Separa estudantes das universidades públicas e privadas. Mas é pior: deixa de lado essa bandeira, que pode unir a maior parte da juventude, excluída do ensino superior.

Combate o ensino privado? Não. Como ser conseqüente na defesa do ensino para todos sem combater o ensino privado, que cresce e cresce, já é mais de 90% das instituições e tem 70% das vagas no país?

Defende a real autonomia e o poder estudantil? Não. A real autonomia só é possível através da soberania da assembléia geral universitária. O poder estudantil só é transformador da universidade se estiver ligado à defesa do livre acesso e da luta dos

trabalhadores pelo poder socialista.

Qual a saída apontada? Para a NN, são os estudantes que transformarão a universidade. Mas que estudantes? Os atuais? Os da pequena burguesia? Dizemos que não. Ou os estudantes se unem aos trabalhadores (classe operária) e assimilam a política proletária para lutar pelo socialismo ou não verão outra universidade que não a burguesa.

Por tudo isso, defendemos o voto nulo em defesa do programa proletário:

1. Defesa da autonomia e democracia universitárias

- Eleição direta para todos os cargos da universidade por meio do voto universal, com participação dos três setores
- Soberania das eleições (sem lista tríplice e homologação pelo governo)
- Critério de revogação dos mandatos
- Instituição da Assembléia Universitária
- Governo tripartite da Universidade (submetido à Assembléia Universitária)

2. Defesa do ensino público

- Estatização sem indenização do sistema privado de ensino
- Sistema único, público, gratuito, laico e científico
- Fim dos vestibulares
- Acesso direto à universidade a todos

3. Educação vinculada à produção social

- Ensino científico
- Unidade entre teoria e prática
- Emprego a todos estudantes
- Jornada compatível com os estudos

4. Enfrentar a privatização da USP

- Fim das fundações privadas
- Fim de toda terceirização
- Autonomia dos espaços estudantis
- Fora a Polícia do Campus
- Não às câmeras de segurança
- Contra toda medida de exclusão de aluno pobre da universidade
- Organização da luta pela assistência estudantil

5. Independência do movimento estudantil

- Entidades estudantis livres e independentes das ações de reitorias, burocracias, governos e partidos da burguesia
- Construir novas direções programáticas, classistas e vinculadas à luta com o conjunto dos trabalhadores
- Conselho de Centros Acadêmicos anti-burocrático e anti-corporativo
- DCE de luta pelas reivindicações e baseado no método da mobilização e da soberania das assembléias gerais

6. Democracia no movimento estudantil

- Assembléias soberanas
- Critério de proporcionalidade para a constituição das direções
- Direito de divergência e manifestação

7. Apoio estudantil à luta dos trabalhadores

- Defesa das reivindicações dos assalariados
- Defesa da luta camponesa pela terra
- Campanha contra a repressão do Estado e dos patrões
- Campanha unitária pelo emprego a todos com aplicação da escala móvel das horas de trabalho

8. Formas de luta

- Método da ação direta
- Unidade na ação dos estudantes
- Unidade do movimento estudantil com operários e camponeses

9. Defesa do socialismo

- Luta contra o domínio imperialista
- Defesa das nações e povos oprimidos contra a opressão imperialista
- Em defesa da autodeterminação dos povos
- Luta pela transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva
- Defesa da constituição de um governo operário e camponês por meio da ação direta

L.E.R.: Um voto indefinido, fundamentado na disputa eleitoral burguesa

A corrente L.E.R. (Liga Estratégia Revolucionária) definiu seu voto para as eleições do DCE nas chapas que integram a Conlute (*Lado B – De que lado você samba?* e *Território Livre*). Qual seu argumento? Contra a chapa governista (*Camarão*), deveria haver unidade das chapas antigovernistas (*Carandá*, *Malungo*, *Lado Be Território Livre*). Qual seu critério para essa diferenciação? As recentes eleições burguesas, nas quais as correntes da *Camarão* defenderam a reeleição de Lula, e as demais defenderam ou o apoio à Frente de Esquerda ou o voto nulo. Para a L.E.R., a defesa da Frente de Esquerda e do voto nulo são compatíveis (defendeu ambos na campanha eleitoral). Este não é um critério proletário. É pequeno burguês, baseia-se na disputa eleitoral burguesa. Da mesma forma que a prática dessas correntes não é levada em conta pela L.E.R., também são ignorados os programas das chapas – na verdade, todos com conteúdos muito próximos, rebaixados e eleitoreiros.

O critério de classe é a luta, da mobilização. Dentre as chamadas chapas “antigovernistas” que a L.E.R. apregoa existir, há aquelas que constituíram obstáculo para a luta estudantil quando puderam. As chapas da atual direção do DCE agiram contra a greve estudantil no primeiro semestre, e boicotaram a manifestação contra a repressão e a ameaça de perda dos espaços estudantis no segundo semestre. A Lado B esteve várias vezes ao lado da atual gestão – unidade que se explica pela conjuntura, quando P-Sol e PSTU (além do PCB) andavam de mãos dadas em torno da candidatura de Heloísa Helena. Mas, em relação a isso a L.E.R. só pode se calar, afinal também flertou com a Frente de Esquerda, reivindicando a constituição de uma Ala Classista no seu interior. E o que falar da Conlute? Praticamente não existiu na USP este ano. Só mesmo quando teve eleição de representantes ao ENE (Encontro Nacional de Estudantes), se ouviu falar em Conlute. E de que forma? Com a convocação de assembleias paralelas por grupos de oposição, à margem do DCE, dos CAs e dos próprios estudantes. A Conlute tem se revelado um instrumento aparelhístico do PSTU. As próprias correntes opositoras a ele na Conlute reconhecem seu burocratismo. Com base em quê chamar o voto na Conlute?

Mais ainda: é indistinto o papel que o *Lado Be Território Livre* jogaram ao longo do ano? E se as outras chapas também são antigovernistas e esse é um critério válido, então por que estabelecer uma distinção entre elas com base no apoio ou não à cisão com a UNE?

Movimento contra aumento da tarifa é reprimido

O movimento contra o aumento das passagens de ônibus em São Paulo tem realizado várias manifestações no centro da cidade, algumas delas tendo sofrido a repressão policial. A frente chamada pelo MPL (Movimento Passe Livre), que reúne diversas correntes políticas organizadas ou não, tem feito reuniões de preparação e organização das manifestações. Apesar do caráter aberto da frente, a CUT, UNE e Ubes têm realizado reuniões paralelas, que também convocam e realizam manifestações paralelas.

A causa dessa divisão é que a UNE, Ubes e CUT têm uma estratégia diferente para o movimento contra o aumento das tarifas. Seu objetivo é abrir negociação com prefeitura e governo para discutir um meio termo entre o reajuste de 15% e a tarifa atual. Entraram na justiça para tentar suspender o aumento até a pretendida negociação. Suas manifestações têm um claro caráter festivo, de não atacar o lucro dos capitalistas (não fazer pular a catraca ou abrir as portas dos ônibus à população). Estão voltadas apenas a chamar a atenção e pressionar pela negociação. Além de dividirem o movimento com manifestações e reuniões paralelas, buscam um “aumento menor”, o que enfraquece a luta contra qualquer aumento.

A Corrente Proletária atua no movimento defendendo: nenhum aumento da tarifa! Mobilizar para barrar o aumento! Unidade de todo o movimento! Pela estatização sem indenização do transporte público sob controle dos trabalhadores e da população! Chamar os motoristas de ônibus e cobradores a defenderem seus empregos e lutarem contra o aumento e em defesa da escala móvel de trabalho e salário mínimo vital! Chamar as organizações operárias a se unirem na luta contra o aumento que penaliza a população! Realizar manifestações de massa que juntem os trabalhadores na luta contra os capitalistas do transporte e os governos!

Nas manifestações e reuniões, temos defendido as ações de ataque aos lucros dos capitalistas (pular a catraca, abertura de portas à população) e a convocação ampla dos trabalhadores do transporte e da população assalariada para realizar um grande movimento de enfrentamento aos capitalistas do transporte aos governos. As ações do movimento devem ser expressão da luta coletiva, e não individuais, que se confundem com a provocação. O movimento tem de estar preparado para a repressão policial, que age para preservar os interesses dos donos de ônibus e dos governos. Mas nosso método não é a provocação individual, e sim a ação coletiva, que será mais ou menos radical de acordo com a força da mobilização.

A repressão atua para defender os interesses da classe dominante. Por isso não ataca atos festivos ou lúdicos. Mas esses atos não são capazes de derrotar os governos e os capitalistas. Não é à toa que a repressão mais contundente se deu contra as manifestações que pretenderam fechar terminais ou abrir as portas dos ônibus.

Os atos têm crescido na participação, mas são principalmente estudantis. É necessário convocar a mobilização operária e da população assalariada, e a participação dos trabalhadores do transporte, de forma a ganhar a força necessária para conquistar a vitória.

Nesta edição:

- Bolívia: Huanuni e Constituinte
- Argentina: Fábrica Zanón
- Israel massacra para impor mudança de governo palestino
- Xiitas e sunitas conflagram no Iraque
- Governo iraniano pede desarmamento da Coréia do Norte
- Eleições no Equador: mais uma derrota dos EUA
- A volta ao poder de Ortega

Artigos do Cerqui
**Comitê de Enlace
 pela Reconstrução
 da IV Internacional**



**Bolívia:
 Huanuni inviável?**

A solução dos problemas sociais: fontes de trabalho, salários adequados, serviços de saúde e educação, moradia etc., implica a necessidade de dispor de recursos financeiros suficientes e uma mina, para gerar esses recursos, deve ser rentável; técnica e administrativamente viável, capaz de garantir uma grande produção que gere bens.

Com este raciocínio não queremos sustentar que as respostas políticas devem estar subordinadas às medidas técnicas e administrativas porque, em última instância, a orientação da produção e da administração em uma empresa depende da perspectiva política que se lhe imprima.

No caso particular de Huanuni, a quantidade de operários deve ser dada pela relação direta com o tamanho da mina, que não depende da potencialidade de reservas do monte Posokoni, mas da preparação adequada das túneis, das fendas, das trilhas, dos meios de transporte para extrair os minerais, da ventilação e outros. No exterior, o engenho de Santa Elena deve estar na proporção direta com a quantidade de carga que deve processar (duas ou três vezes mais do que se extraía com mil operários). Por outro lado, assim que o pessoal subir para dois mil a cinco mil, os hospitais, a lavanderia, os acampamentos e as escolas devem ser ampliados em uma proporção adequada.



Marcha camponesa

Não esquecer que a preparação de uma mina leva anos e exige um investimento considerável de recursos financeiros. A contratação de pessoal e a produção devem ser planejados em função de quanto se avançou na preparação da mina. Estes conceitos elementares não são privativos dos técnicos mas de domínio dos trabalhadores mineiros, produto de sua experiência diária; esta é a razão porque viram com muito ceticismo o que fez o governo no caso Huanuni.

O que fez o governo do MAS foi fugir a galope de um problema crucial: a raiz do enfrentamento entre cooperativistas e mineiros sindicalizados pelo controle do monte Posokoni. Sem nenhum res-

paldo técnico e financeiro dispôs a contratação de quatro mil cooperativistas, só na perspectiva de reduzir o potencial de pressão desse setor e, a duras penas, destinou pouco menos de 10 milhões de dólares para reabilitar as instalações danificadas durante o enfrentamento e organizar o trabalho de exploração. Provavelmente, pela pressão social, esse dinheiro virará fumaça em soldos e na atenção aos problemas sociais ao invés da preparação da mina; para começar, não pagamento de soldos e prêmios, como já estão exigindo os mineiros sindicalizados.

Desta maneira gráfica se percebe a tremenda incapacidade do governo do MAS para resolver problemas estruturais na mineração. A demagogia e a improvisação, no caso de Huanuni, pode produzir o descalabro dessa empresa e pôr em risco a sorte dos mil mineiros sindicalizados que já trabalhavam nessa empresa.

Os trabalhadores devem tomar em suas mãos a sorte da empresa Huanuni antes que a incapacidade política do governo termine destruindo toda possibilidade de reabilitá-la. As circunstâncias exigem a imediata adoção de medidas de emergência orientadas a arrancar mais recursos financeiros do Estado para desenvolver uma verdadeira preparação da mina que permita absorver os desempregados da região.

De Oruro.

A Assembléia Constituinte: uma farsa que está acabando com a paciência dos explorados.

Já se perfila a revolução social que imporá o governo operário-camponês.

O partido que dirigirá a revolução é o POR, único partido de esquerda revolucionário.

Os que ontem reclamaram da esquerda revolucionária hoje rastejam frente ao partido pequeno-burguês - que é o MAS- conjuntamente no governo, apregoando que é progressista e até revolucionário.

O central da discussão não está na votação por dois terços ou maioria absoluta para a aprovação da "nova" constituição mas em desnudar a essência da política que defendem masistas e demais partidos.

A NOVA CONSTITUIÇÃO QUE SAIA DA CONSTITUINTE, SEJA POR 2/3 OU POR MAIORIA ABSOLUTA SERÁ BURGUESA, PROTEGERÁ a grande PROPRIEDADE DOS EMPRESÁRIOS NATIVOS e ESTRANGEIROS, NÃO MUDARÁ A CONDIÇÃO DE SOCIEDADE CAPITALISTA ATRASADA DA BOLÍVIA.

Todas as reviravoltas que faz o MAS em suas ações e em seu discurso "radical" não ultrapassa os limites do respeito à grande PROPRIEDADE PRIVADA DOS MEIOS DE PRODUÇÃO.

Os militantes pequenos proprietários do MAS ao mais que poden chegar em suas ações é pedir a coexistência pacífica da pequena propriedade com a grande, a dos BURGUESES IMPERIALISTAS E NATIVOS: EMPRESAS MULTINACIONAIS, BANQUEIROS, EMPRESÁRIOS PRIVADOS, LATIFUNDIÁRIOS ETC.

A história do desenvolvimento do capitalismo nos ensina que os grandes proprietários absorvem a pequena propriedade, deslocando-a da produção.

Argentina: Fábrica Zanón

O controle operário hoje, conquistada a duração de 3 anos

Em meados de outubro, vencia o prazo de funcionamento outorgado pela justiça à Cooperativa FASINPAT, ex-fábrica Zanón, sob **controle operário** desde 2001.

Os operários, que defenderam desde o início o controle operário, estão lutando pela **EXPROPRIAÇÃO** da fábrica para colocá-la a serviço da comunidade.

A partir do ponto de vista legal, a Justiça já não tem nada mais a dizer para defender Zanón, dado que o ex-dono, foi condenado por locaute. O chamado aos capitalistas para que se apresentassem



Evo, defensor da pequena propriedade, tem sido pressionado pelos fazendeiros

As conseqüências: maior pobreza e opressão.

Os ideólogos do CAPITALISMO ANDINO-AMAZÔNICO sonham em "criar" uma burguesia "originária" industrializante - que teria que ser a que esteja assentada na indústria pesada - de aymaras, quechuas e guaranis. O que aparentemente desconhecem o óbvio que é já existirem burgueses indígenas, os que, para desgraça das teorias de GARCÍA LINERA e os indigenistas, se dedicam, da mesma forma que a burguesia branca, a

comerciar mercadorias do exterior, explorar matérias-primas e a super-explorar seus irmãos nas manufaturas; as mercadorias saídas delas são resgatadas a baixos preços pelas multinacionais; o burguês é explorador do trabalho de seus operários porque é proprietário dos meios de produção, independentemente de sua origem cultural ou étnica.

Na verdade, não pode se criar uma burguesia industrializante por decreto, seja ela de brancos ou de indígenas.

As massas que já se separam do MAS ao comprovar que nada muda, esbarram com este partido de pequenos burgueses corruptos e oportunistas, e deverão se juntar à política do proletariado e o partido que a defende: o POR, para destruir a grande propriedade privada dos meios de produção e substituí-la pela propriedade social dos mesmos.

(Extraído do Masas boliviano nº 2018, de 24/11/06)

para comprar a fábrica só contou com a presença de uma empresa da mulher de Zanón, que recebeu o rechaço dos próprios credores.

O problema central passa por uma decisão política, que nem o governo nacional nem o provincial estão dispostos a tomar neste momento.

o governo burguês não está disposto a expropriar

Ainda que os companheiros tenham demonstrado com folga que este meio de

produção, sob controle de seus trabalhadores, funciona perfeitamente, os governos nacional e provincial têm tomado sempre a decisão política de desqualificar a proposta de expropriação feita pelos companheiros.

A criação de postos de trabalho em época de desemprego e crise, o reparo da maquinaria, o nível salarial alcançado, os níveis de produção em crescimento etc. são fatos ignorados olímpicamente.

Esta decisão política tem como base **uma questão de princípio**: não podem abonar a idéia de que a sagrada proprie-

dade privada seja expropriada pela classe operária. A burguesia não pode se dar ao luxo de que seu Estado fomenta exemplos como o dos operários da Zanón.

Mas o regime também dá prova de debilidade: é provável que a justiça estenda os prazos de funcionamento da cooperativa – o que se confirmou hoje –, esperando um momento político mais propício para avançar sobre a fábrica e intervir para desativar o controle operário.

Que fazer

Existe no país um número importante de empresas ocupadas pelos trabalhadores, as quais conformam um importante fenômeno, apesar das diferenças entre elas. Nenhuma delas foi expropriada e entregue aos trabalhadores para sua exploração socializada, pelas mesmas razões que detalhamos anteriormente: o governo burguês não está disposto a legalizar a tendência embrionária rumo à expropriação da burguesia.

Ainda que nenhum governo burguês exproprie de conjunto à classe social que representa; *(unicamente a classe operá-*

ria no poder pode consumir a expropriação dos meios de produção nas mãos da burguesia nativa e do imperialismo - multinacionais); em situações extraordinárias pode se ver obrigado a tomar medidas contra sua vontade por um curto prazo.

Nessa etapa da luta, corresponde defender incondicionalmente o controle operário da ex-Zanón e das empresas ocupadas que ainda funcionam.

Os lutadores devem estar muito atentos diante da possibilidade de uma tentativa do governo K de avançar com qualquer medida que signifique acabar com o controle operário. Não podemos desconhecer que setores que ontem estavam pela defesa da Zanón e as lutas operárias deram um giro e hoje priorizam seu apoio ao Governo burguês. (Frente à desapareição do cro. López, Hebe saiu defendendo abertamente o governo).

É necessário retomar a ofensiva pela expropriação sem nenhum tipo de indenização, propagandeando o exemplo de controle operário que significa o atual funcionamento da fábrica FASINPAT e nos preparando frente a qualquer tentativa repressiva (seja da justiça ou dos go-

vernos nacional ou de Neuquen).

É vital se apoiar na luta do resto do movimento operário que este último ano tem dado passos em sua luta especialmente ao redor da recuperação salarial. A vitória de Zanón está ligada indissoluvelmente ao destino do movimento operário de conjunto.

Ou seja, depende do desenvolvimento da luta de classes em geral, e em particular do próprio debate, interno, na fábrica sobre esta questão.

Será necessário combinar a permanente propaganda na comunidade sobre a situação da fábrica e ao mesmo tempo abrir o debate da esquerda, organizações de direitos humanos, de todos aqueles que defendem incondicionalmente a gestão operária, o futuro da fábrica, publicando as idéias de todos os setores e difundi-las especialmente na base da fábrica, para seu debate profundo.

Para conquistar a generalização das lutas no movimento operário e abrir a possibilidade de novas vitórias é condição enfrentar e derrotar todas as frações da burocracia que usurpa os sindicatos.

A extensão que hoje se conquistou é um respiro, não para relaxar, mas para tomar novo impulso.

Israel massacra para impor mudança de governo palestino

No mês de novembro, Israel moveu um sistemático ataque militar na Faixa de Gaza. A matança de dezenas de palestinos, assassinados na rua como as mulheres que serviam de escudos aos maridos na mesquita de Beit Hanun, despedaçados pelos canhões da chamada operação "Nuvens de Outono", ou dirigentes do Hamas atacados em emboscadas, só foi suspensa com a avaliação israelense de ter atingido seus alvos.

O presidente palestino, Mahmud Abbas, líder do partido Fatah, pediu a intervenção imediata da ONU para conter o massacre movido por Israel. O primeiro-ministro palestino Ismail Haniye, do Hamas, anunciou a possibilidade de renunciar ao cargo se isso levar à suspensão do boicote econômico imposto pelas potências ao governo do Hamas. Os mais de 165 mil funcionários públicos têm realizado protestos contra o atraso nos salários. Os países que impu-

seram restrições - liderados pelos EUA - afirmam que só retiram as sanções quando o Hamas reconhecer Israel, renunciar à violência e reconhecer os acordos já firmados com Israel, o que o grupo se nega a fazer.

A ascensão do Hamas se deu pelo desgaste da organização Fatah, que se mostrou corrompida e submissa às potências e a Israel. O Hamas, com amplo apoio popular, venceu as eleições e formou um governo sem reconhecer o Estado de Israel. Mas o boicote econômico e os sucessivos ataques israelenses têm pressionado o governo de Haniye, que vinha negociando um governo de coalizão com a Fatah, negociações que foram suspensas em retaliação aos recentes ataques de Israel.

O nacionalismo burguês do Hamas se mostra incapaz de travar de forma conseqüente a luta antiimperialista. Encontra-se numa encruzilhada. Cami-

nho que já foi percorrido pela Fatah.

Não é possível constituir um governo autônomo na palestina convivendo com o Estado de Israel, porque este enclave do imperialismo na região depende do expansionismo militar e do aumento da opressão nacional sobre as demais nacionalidades para sobreviver. A autodeterminação dos povos na região é parte do programa da revolução proletária. As feudais-burguesias nacionais não são capazes de alcançá-la, porque dependem do armamento geral das massas, que levaria à sua deposição do poder político e econômico.

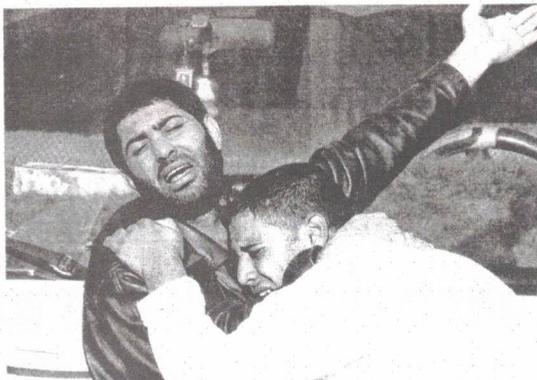
A ausência do partido mundial da revolução socialista é o maior obstáculo à autodeterminação dos povos no Oriente Médio. Falta o partido revolucionário enraizado em cada país e falta o movimento internacionalista com força para conter as pressões do imperialismo na região.

Xiitas e sunitas conflagram no Iraque

O ataque que matou 215 mortos e 250 feridos na cidade de Sadr, atribuído a grupos sunitas, levou a um acirramento dos conflitos entre as duas maiores nacionalidades do Iraque. O toque de recolher imposto pelo governo não evitou a retaliação xiita, que matou 30 sunitas (alguns deles queimados vivos). Logo a seguir, em Talarfar, outro ataque sunita deixou 22 xiitas mortos.

O agravamento do conflito entre xiitas e sunitas aumenta a crise no país. A resistência iraquiana à ocupação militar dos EUA tem sua maior força entre os sunitas. Os ataques entre as frações rivais enfraquece a resistência, mas traz mais dificuldades à retirada das tropas de ocupação. O governo norte-americano chegou a pedir a intervenção da Arábia Saudita no conflito, dadas as relações com grupos sunitas iraquianos.

O governo norte-americano está sob fortes pressões no sentido de retirar suas tropas do Iraque. As recentes eleições parlamentares norte-americanas, que deram a vitória aos democratas com dis-



curso pelo fim da ocupação militar, engrossam essas pressões. A resistência só tem crescido ao longo dos meses, matando cada vez mais soldados ianques. Não se constitui um governo títere capaz de se impor às tribos em conflito sistemático. A instabilidade política alimenta os riscos sobre a exploração de petróleo. Os conflitos ameaçam contaminar os países vizinhos, levando à realização do maior pesadelo ianque: um levante geral de todos os povos árabes contra o domínio imperialista na região.

O imperialismo tem diante de si as tarefas de retirada das tropas sem des-

moralização, constituição de um governo federativo das nacionalidades rivais, preservação do controle sobre o petróleo, atenuação dos conflitos nos países vizinhos. Todas as tendências apontam que fracassará em todos esses objetivos.

A resistência à ocupação chegou a unir na prática tribos rivais. Mas o imperialismo não pode tolerar o levante armado da população. A unidade de xiitas e sunitas coloca diante do governo dos EUA a hipótese de rebelião geral antiimperialista; a divisão fratricida impõe a instabilidade política e o desgoverno, que inviabiliza o controle estável da potência sobre as riquezas do país.

As condições favorecem a construção da luta antiimperialista e anticapitalista em todo o Oriente Médio. A derrota dos EUA, que será concluída com a retirada das tropas, abrirá caminho para o crescimento da rebelião das nacionalidades oprimidas. O terreno para a construção do partido revolucionário estará mais fértil.

Governo iraniano pede desarmamento da Coréia do Norte

O primeiro-ministro iraniano Mahmud Ahmadinejah condenou o teste nuclear realizado pela Coréia do Norte e pediu que o país se desarme. A declaração foi feita numa visita do presidente do parlamento norte-coreano ao Irã em novembro.

A ONU impôs sanções à Coréia do Norte depois que o país realizou um teste nuclear em outubro. Os EUA e a Europa pressionam para que sanções também sejam aplicadas ao Irã, por sua recusa em suspender o programa de enriquecimento de urânio.

O governo iraniano, sob pressão do imperialismo contra seu programa nuclear, critica a Coréia do Norte. Pretende se mostrar pacifista, que seu programa nuclear não está voltado à produção de armas, para ganhar apoio de países na ONU contra as pressões dos EUA.

As pressões dos EUA contra o programa nuclear iraniano não passam de pretexto. Da mesma forma aconteceu no

Iraque, onde se comprovou não existirem armas de destruição em massa. Os EUA pretendem atacar o Irã e destituir seu governo para se apoderarem de suas reservas de petróleo e sua posição estratégica na região, impondo um governo marionete. Já teriam atacado se não fosse o fracasso no Iraque. Há frações burguesas no interior dos EUA que defendem um ataque imediato, pois a economia mostra sinais de estagnação e uma guerra poderia elevar investimentos na indústria militar e valorizar as ações vinculadas ao preço do petróleo.

Ahmadinejah não obterá nenhum apoio criticando a Coréia do Norte. Só mostra com isso a impotência de seu nacionalismo burguês. A defesa da autodeterminação dos povos inclui o direito de fabricação das armas que desejarem, ou não é autodeterminação. A fabricação de armas nucleares tem sido monopólio das potências imperialistas ou a quem essas potências autorizam. Re-

presenta a supremacia militar ao lado da imposição econômico-financeira sobre a esmagadora maioria das nações do mundo.

O domínio sobre a tecnologia nuclear representa a possibilidade de emancipação energética do Irã em relação às potências. Por isso é que nem mesmo para fins pacíficos o imperialismo admite que o Irã ande sobre as próprias pernas no campo da energia nuclear.

A rebeldia da Coréia em acatar a proibição de fabricação de armas nucleares é pretexto para submeter o vizinho da China às potências por meio da ONU. O papel cada vez mais destacado da China na economia mundial obriga o imperialismo a se preparar para uma intervenção de mais peso na região.

A defesa da autodeterminação do Irã está de fato ligada à autodeterminação da Coréia em fabricar armas nucleares. Ou seja, à luta antiimperialista em todo o mundo.

Eleições no Equador: mais uma derrota dos EUA

A eleição de Rafael Correa, amigo pessoal de Hugo Chávez, para a presidência do Equador, foi mais uma derrota dos EUA no continente. Chávez viu candidatos presidenciais apoiados por ele vencerem na Bolívia, com Evo Morales; na Nicarágua, com Daniel Ortega, e agora no Equador, com Correa. Perdeu no México, onde Andrés Manuel López Obrador foi derrotado por Felipe Calderón, e no Peru, onde Alan García bateu Ollanta Humala. É bem provável que o próprio Chávez vença as eleições na Venezuela.

A vitória de Correa terá, porém, de enfrentar a constituição do novo governo e seu desempenho diante de um parlamento que não conta com um único parlamentar de seu partido, que boicou

as eleições parlamentares. Promete convocar um referendo popular para instaurar uma Assembléia Constituinte que reduza os amplos poderes do Legislativo e do Judiciário equatorianos - uma ação que deve aprofundar as divergências entre ele e o Congresso eleito em outubro.

Prometeu manter a dolarização do país (o que preserva sua dependência em relação aos EUA), mas pretende suspender o pagamento da dívida externa. Rechacou a possibilidade de assinar tratado de participação na Alca e que pretende retomar a participação na OPEP (Organização dos países produtores de petróleo). Pretende renegociar contratos com empresas petrolíferas, como a Petrobbras.

O governo de Correa deve ser de crise. Inicialmente, dependerá de acordos com as frações burguesas que controlam o parlamento para dar cada passo pretendido. Se conseguir convocar a Constituinte, poderá ampliar seus poderes, mas aumentará as tensões com as frações que controlam o parlamento (vide o que acontece na Bolívia).

O destino de Correa, que procura se apoiar na pequena propriedade, será o mesmo de seus colegas: o de concluir serviço da grande propriedade monopolista. Somente o programa da transformação revolucionária da propriedade privada em coletiva (revolução proletária, socialista) poderá acabar com a opressão nacional.

Ortega volta ao poder na Nicarágua, com seu vice "contra"

As eleições na Nicarágua deram, no início de novembro, a vitória ao ex-comandante da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), Daniel Ortega. Mas o homem que volta ao poder é bem diferente daquele que foi derrotado pela direitista Violeta Chamorro em 1990, quando os sandinistas perderam o poder. Para começar, sua chapa à presidência trouxe como vice ninguém menos que Jaime Solares, um latifundiário que teve sua mansão desapropriada pelos sandinistas em 1979 e se uniu aos contra-revolucionários (os "contras"), guerrilha financiada pelos EUA na década de 1980 para tentar derrubar o governo sandinista anti-norteamericano então instalado. O boicote econômico imposto pelos EUA levaram o país à bancarrota, que foi mais poderosa que as armas financiadas por centenas de milhões de dólares dadas pelos EUA aos "contras".

Ortega se lançou à presidência apoiado numa rede de relações com os grandes proprietários, no apoio político a iniciativas ianques (tais como a Alca), e na disposição de constituir um governo instrumento da burguesia. A presença do ex-"contra" Solares na sua chapa é expressão dessas relações. Já anunciou que negociará com o FMI a aplicação de um plano de ajuste econômico para o



país. O FMI havia se retirado do país durante o primeiro governo sandinista, por imposição do bloqueio econômico dos EUA.

Outro ponto de apoio de Ortega é o presidente venezuelano Hugo Chávez, que o apoiou política e economicamente na campanha, fornecendo combustíveis a preços baixos para as prefeituras administradas pelos correligionários de Ortega.

O novo governo de Ortega expressa as tendências no continente de ascensão de nacionalistas e reformistas aos governos, para realizarem governos burgueses, de defesa dos interesses das frações burguesas nacionais e internacionais, ainda que em certos aspectos se choquem com os EUA.

O sandinismo se projetou ao poder

por meio de um levante das massas nicaraguenses, que derrubaram o governo de Anastácio Somoza, manejado pelos EUA. Formou um governo de frente com setores burgueses descontentes com o intervencionismo ianque no país, e até com setores da igreja. Esse governo nacionalista e reformista não seria capaz de atacar a propriedade privada dos meios de produção, nem se fundamentar no armamento das massas. Foi estrangulado economicamente pelo fustigamento militar dos "contras" e pelo bloqueio dos EUA. Acabou se afundando na corrupção. Após a derrota eleitoral em 1990, a FSLN se desintegrou, com as frações burguesas procurando reorganização política.

A tendência do governo Ortega já se anuncia: o compromisso na aplicação das medidas ditadas pelo FMI e suas alianças para chegar ao governo indicam que caminho terá de trilhar, ainda que expresse contradições nas suas relações com os EUA.

As massas nicaraguenses só têm possibilidade de se libertarem efetivamente (destruir o latifúndio, romper com o imperialismo etc.) construindo seu partido operário revolucionário rumo à revolução proletária e à constituição de um governo operário e camponês.